

A saúde é um direito de todos os cidadãos. E o Ministério da Saúde tem se empenhado para garantir um atendimento digno à população brasileira. A ação nos hospitais do Rio de Janeiro é mais um esforço nesse sentido. Diante da situação em que se encontravam as unidades sob a tutela da prefeitura, o Governo Federal não teve outra alternativa a não ser a de declarar estado de calamidade pública no sistema de saúde do Município do Rio de Janeiro. Era preciso devolver à população esse direito assegurado pela Constituição. E o INCA não poderia deixar de contribuir com muito orgulho e empenho. Realizar, em curto prazo, melhorias no Hospital da Lagoa, temporariamente administrado pelo Instituto, é um desafio que assumimos com prazer e extremo senso de responsabilidade. Para tanto, começamos um trabalho em parceria com a direção daquela unidade hospitalar, onde vamos implantar o Conselho de Gestão Participativa, a fim de que os funcionários do Hospital da Lagoa também possam participar das decisões. É importante frisar que esse mutirão para resgatar a saúde no Rio de Janeiro não afetará em nenhum momento as atividades desenvolvidas no Instituto. O INCA continuará funcionando à plena carga, cumprindo sua missão de desenvolver ações nacionais integradas para prevenção e controle do câncer.

José Gomes Temporão
Diretor Geral do INCA

Um mutirão em prol da saúde

Devolver à população o direito à saúde. Esse é um dos desafios assumidos pela direção do INCA, a partir do decreto 5.392, de 10 de março, do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que declarou estado de calamidade pública no setor hospitalar do Sistema Único de Saúde no município do Rio de Janeiro. A iniciativa representa um esforço do Ministério da Saúde em estabelecer um mutirão para sanar a crise dos hospitais do Rio administrados pelo município.

Com a ação do Governo, enquanto durar o estado de emergência, o diretor geral do INCA, José Gomes Temporão, assume temporariamente a coordenação das atividades administrativas do Hospital da Lagoa, em apoio à diretora em exercício da unidade, Deise Simão Gomes. Outras cinco unidades hospitalares também foram assumidas por diretores de hospitais federais. A coordenação geral do processo ficou a cargo do diretor-geral do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia, Sérgio Luiz Côrtes da Silveira.

A fim de restabelecer a normalidade no atendimento dos hospitais, foi formado um grupo técnico do INCA nas áreas assistencial, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de administração e de comunicação social, que fez um levantamento das necessidades mais imediatas do Hospital da Lagoa. A equipe detectou problemas como redução do número de leitos, paralisação da emergência, interdição do centro cirúrgico e falta de medicamentos, além de equipamentos essenciais sem condições de uso.

Uma das primeiras medidas emergenciais, visando atender à demanda imediata do Hospital, foi a entrega de um carregamento de cerca de 500 quilos de medicamentos e material de uso hospitalar. A unidade foi abastecida



Equipe do INCA visita Hospital da Lagoa.

com insumos como luvas, gazes, agulhas e remédios, além de roupa.

Já na primeira semana de atuação dos profissionais do INCA como consultores da unidade da Lagoa, o número de leitos em funcionamento no hospital foi ampliado com a reabertura de 20 leitos. O atendimento no ambulatório, que estava funcionando apenas com a metade de sua capacidade, já está praticamente normalizado, com as consultas passando de 9 para 15 mil por mês.

Outra ação importante, a ser implementada pelo grupo gestor, conforme anunciou Temporão, será a criação do Conselho de Gestão Participativa do Hospital da Lagoa. “Estou otimista. Acho que poderemos fazer, num prazo muito curto, um excelente trabalho na unidade”, disse o diretor geral do INCA.

Finalmente, com a reinauguração de sete leitos do Centro de Terapia Intensiva (CTI) e três do Centro Cirúrgico, paralisado desde dezembro de 2004, o Hospital da Lagoa retoma suas atividades regulares. “Dessa forma, o INCA demonstra, mais uma vez, a sua vocação de garantir saúde com qualidade e respeito ao Sistema Único de Saúde”, enfatizou Temporão. ■